



INSTITUTO PORTUGUÊS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

WORKING PAPER 30

A Encruzilhada Iraniana: armas nucleares e consequências geoestratégicas

Vasco Rato, IPRI-UNL e Assessor de Estudos no IDN

Bernardo Pires de Lima, Investigador no IDN

Dir-se-á que a severidade da retórica que emana regularmente de Washington sinaliza a iminência de uma acção militar americana com o objectivo de neutralizar o programa nuclear iraniano. Em diversas ocasiões, George W. Bush explicitou que “todas as opções estão a ser consideradas”, admitindo assim que a Casa Branca não exclui em definitivo o uso da força militar contra o regime de Teerão. Componentes normais de um processo diplomático espinhoso, declarações desta natureza visam dissuadir os *mullahs* de procederem à aquisição de armas nucleares. Dito de outra forma, se é verdade que o uso da força militar não foi excluído, é igualmente verdade que, de momento, essa ameaça pretende apenas credibilizar um processo diplomático pautado pelo insucesso.

As acções recentes das autoridades iranianas indicam que, embora ainda não seja inevitável, o uso da força torna-se cada vez mais provável. Teerão continua a recusar negociar em boa-fé no âmbito da Agência Internacional de Energia Atómica (AIEA), reduzindo assim as opções credíveis dos actores empenhados em travar a nuclearização do país.¹ Porém, na medida em que o comportamento das elites iranianas se encontra enraizado num conjunto de preceitos ideológicos, e numa cultura estratégica que enfatiza a malevolência estrangeira relativamente ao regime islâmico, os *mullahs* dificilmente abandonarão as suas ambições nucleares. Sendo assim, mais cedo ou mais tarde, o uso da força será equacionado.

Este artigo analisa a forma como a cultura estratégica da República Islâmica, em conjugação com a ideologia revolucionária que emergiu com o derrube, em 1979, da monarquia do Xá Reza Pahlavi, reforça as ambições nucleares dos *mullahs*. À luz desta cultura estratégica iraniana, o propósito de adquirir armamento nuclear deve ser entendido como um objectivo racional. Não significa isto que o Ocidente deve aceitar a inevitabilidade de um Irão nuclearizado. Até porque tal desfecho comprometeria a estabilidade regional e, por conseguinte, aumentaria a possibilidade de um conflito de larga escala numa zona de vital relevância estratégica para o Ocidente. Constatar que há uma óbvia racionalidade por detrás das ambições iranianas significa, meramente, que existe um conjunto de preocupações que sustenta as recentes escolhas feitas por Teerão.² Preocupações essas que se acentuaram após o derrube de Saddam Hussein. A presença de tropas americanas no Iraque – e, anteriormente, a política de promoção da democracia de George W. Bush – não deve ser entendida como a “causa” do programa nuclear iraniano, mas seguramente contribuiu para a sua aceleração. Seja como for, o primeiro passo no sentido de definir uma resposta adequada ao desafio nuclear iraniano reside no reconhecimento de que a política externa do país é tudo menos irracional, ou fruto do temperamento de um ou outro político.

Este artigo analisará, ainda, o enquadramento de segurança regional e as consequências que resultarão de um Irão nuclearizado. Dado que a aquisição de

¹ Sobre os recentes acontecimentos ver, Pascal Drouhaud, “Prolifération Nucléaire: Quelles Limites à la Marche Forcée de l’Iran?”, *Défense Nationale et Sécurité Collective*, mai 2006, pp. 86-97.

² Sobre as razões do Irão para desenvolver o programa nuclear ver, Ray Takeyh, “Iran Builds the Bomb”, *Survival*, Vol. 46, N. 4, Winter 2004-2005, pp. 51-63.

armas nucleares pelo Irão previsivelmente conduzirá a um clima generalizado de insegurança regional, abordam-se as opções disponíveis para prevenir a aquisição de armas nucleares pelo Irão e as suas previsíveis consequências. As opções em aberto aos decisores políticos ocidentais não podem ser catalogadas como simplesmente boas ou más; todas as opções invariavelmente acarretam consequências negativas e, nalguns casos, desastrosas. É precisamente neste quadro de opções menos boas que se deve equacionar o eventual uso da força contra Teerão.

Um Legado Revolucionário

O optimismo que alastrou pelo Ocidente após a eleição do reformista Mohammad Khatami, em 1997, deu lugar a um crescente cepticismo à medida que a ala reformista era metodicamente neutralizada pelos ortodoxos do regime. Perante a derrota inequívoca dos reformistas, americanos e europeus concluíram que a sua capacidade para influenciar a política iraniana – particularmente no que dizia respeito à questão nuclear – era deveras reduzida. E dado que a melhoria das relações com Teerão pressupunha avanços em assuntos pendentes, como, por exemplo, a não-proliferação, o conflito israelo-palestiniano e a continuação dos apoios ao terrorismo islâmico, as perspectivas quanto a uma normalização diplomática com a República Islâmica desfaziam-se à medida que o movimento reformista perdia élan.

Em 2005, com a linha ortodoxa firmemente instalada no poder, pouco restava senão aguardar novas eleições presidenciais na expectativa de que um candidato reformista saísse vitorioso. Nas semanas que antecederam a eleição presidencial, analistas ocidentais admitiam que o ex-presidente Akhbar Rafsanjani, considerado um clérigo “moderado”, poderia vencer o sufrágio. Quanto ao presidente da Câmara de Teerão, Mahmoud Ahmadinejad, um populista apoiado pelos sectores ultraortodoxos, poucos observadores acreditavam na possibilidade da sua vitória.³ Não obstante, a mensagem de regeneração veiculada por Ahmadinejad, que fez a campanha contra a corrupção e as demais práticas sociais “não-islâmicas”, obteve 64% dos votos (Rafsanjani conseguiu apenas 36%).⁴ O triunfo de Ahmadinejad fortaleceu os duros do regime, entrincheirados nos órgãos legislativo, executivo, judicial e, não menos importante, nas forças de segurança e serviços de informação.

Embora subordinada à política interna, a campanha contemplou alguns dos mais prementes temas de política externa. Rafsanjani sugeriu que a sua vitória conduziria a uma abertura nas relações com os EUA, ou seja, implicitamente admitia a possibilidade de forjar um compromisso quanto à questão das armas nucleares. Divergiu das posições ortodoxas expressas no Parlamento e pelo

³ Para uma abordagem sobre a argumentação do presidente ver, Ray Takeyh, “A Profile in Defiance: Being Mahmoud Ahmadinejad”, *The National Interest*, N. 83, Spring 2006, pp. 16-21.

⁴ Estes foram os resultados da segunda volta eleitoral. Na primeira volta os resultados foram os seguintes: Ali-Akbar Hashemi-Rafsanjani 22%; Mahmoud Ahmadinejad 20.7%; Mehdi Karrubi 18.7%; Mohammad Baqer-Qalibaf 14.9%; Mostafa Moin 14.7%; Ali Larijani 6.4%; Moshen Mehralizadeh 4.7%. Cf. <http://www.rferl.org/featuresarticle/2005/06/2380ccf1-a0c8-448f-b33c-f2afe0b795c3.html>.

Líder Supremo Khamenei em defesa da via unilateral de enriquecimento de urânio. Não seria, portanto, inconcebível que Rafsanjani, uma vez eleito, executasse uma política externa pragmática, menos assente no confronto com o Ocidente.

As expectativas eram menos optimistas em relação a Ahmadinejad. Antigo membro do Corpo de Guardas da Revolução Iraniana, Ahmadinejad participou, em 1979, na ocupação da Embaixada dos EUA. Mais tarde, enquanto Presidente da Câmara de Teerão, ordenou que os funcionários municipais adoptassem “vestuário apropriado”, e instalou elevadores separados para homens e mulheres nos edifícios públicos. Tendo em conta este currículo de purismo ideológico, não surpreendeu o seu apelo ao regresso dos “princípios da Revolução Islâmica”, associando-os às “reformas económicas e à justiça social”, um eufemismo utilizado para criticar Rafsanjani.

Quanto à política externa, Ahmadinejad definiu-se como um “nacionalista revolucionário Islâmico”. Reclamou a criação de uma nação “avançada e poderosa”, uma vanguarda que pudesse servir de exemplo a outros países muçulmanos. E, apesar de ter declarado que a tecnologia necessária ao fabrico de armas nucleares violava “valores Islâmicos”, não rejeitou a hipótese de adquirir essas armas no futuro. A aparente contradição desfez-se quando Ahmadinejad caracterizou as armas nucleares como “defensivas”, isto é, como um meio de proteger o Islão dos seus inimigos. Se a designação destas armas como “defensivas” parece amenizar algumas preocupações ocidentais, deve-se, porém, sublinhar que a concepção de “ameaça” utilizada pressupõe que a mera existência do actual poderio ocidental compromete a sobrevivência da República Islâmica.

Durante os primeiros meses do seu mandato, a retórica política de Ahmadinejad renovou os receios ocidentais quanto às ambições nucleares iranianas. Num discurso proferido em Zehadan, descreveu o Holocausto como um “mito” concebido pelas potências ocidentais com o intuito de justificarem a sua “cruzada” em terras muçulmanas. Em resposta, os EUA, a União Europeia e o Vaticano manifestaram o seu repúdio perante uma declaração que questionava a existência física de Israel. Inequívocas, estas reacções surgiram na sequência da conferência *The World Without Zionism*, onde Ahmadinejad afirmou que Israel “deveria ser riscado do mapa”, acrescentando que a Alemanha e a Áustria deveriam ceder parte dos seus territórios para viabilizarem a criação de um Estado judaico que pudesse substituir Israel. Aparentemente exótica, a retórica do presidente iraniano traduz, na prática, uma concepção ideológica presente, desde a fundação do regime islâmico, entre os sectores revolucionários mais ortodoxos.

Fruto de uma complexa convergência entre variáveis domésticas e internacionais, a revolução de 1979 resultou, fundamentalmente, da conjugação de três factores.⁵ Primeiro, a contestação popular ao processo de modernização acelerada, iniciado na década de 1960 com a Revolução Verde, mobilizou

⁵ Marvin Zonis, *Majestic Failure: The Fall of the Shah*, Chicago, University of Chicago Press, 1991.

diversos estratos sociais contra a monarquia. Incapaz de reprimir o movimento popular, o regime do Xá Reza Pahlavi implodiu perante uma coligação heterogénea que congregava a classe média, religiosos tradicionalistas, a esquerda radical e liberais laicos.

Como é sabido, no seguimento de uma disputa prolongada entre as facções revolucionárias, os clérigos tradicionalistas, liderados pelo *ayatollah* Ruhollah Khomeini, apoderaram-se das estruturas do Estado e da sociedade. Recorrendo ao terror generalizado, afastaram os restantes elementos que contribuíram para o sucesso da revolução de 1979. Contudo, o regime, nascido de múltiplos compromissos institucionais entre as correntes do movimento popular que derrubara o Xá, preservou um grau significativo de pluralismo político-institucional. Dito de outra forma, a República Islâmica continua a ser palco de uma incessante competição entre centros de poder rivais, o que faz com que a política interna seja frequentemente determinada por alinhamentos na política externa, ou que a política externa resulte de entendimentos entre coligações domésticas.

A segunda razão que explica a derrota do Xá é o papel fulcral do “islamismo politizado” teorizado por Khomeini.⁶ Quando Reza Pahlavi implementou o seu projecto de modernização, os privilégios dos clérigos tornaram-se difíceis de conciliar com os novos padrões de autoridade resultantes das mudanças socio-económicas. Desprovidos da sua autoridade tradicional, muitos *mullahs* transformaram-se em opositores da monarquia.⁷ Mobilizando-se contra um processo de modernização encarado como sinónimo de “ocidentalização” e secularismo, a componente Islâmica do movimento revolucionário fora sempre extremamente reaccionária. Não admira, por isso, que a subsequente rejeição do “ocidentalismo” e a afirmação da centralidade do Islão como expressão dos ensinamentos do *ayatollah* Khomeini, tenham, até hoje, permanecido como a ideologia dominante do regime revolucionário.⁸

A terceira causa da revolução iraniana reside no legado do país em política externa. Dito de forma simples, os iranianos partilhavam a percepção de que Reza Pahlavi era um mero instrumento americano incapaz de salvaguardar os interesses nacionais iranianos. Embora esta percepção ainda hoje continue a ser generalizada no país – reforçada pela narrativa revolucionária da República Islâmica – seria errado reduzir o papel do Xá na região a um mero executor dos

⁶ Khomeini representava uma corrente de pensamento islâmico no Irão. Não sendo a mais numerosa, emergiu como triunfante. Mohammed Borghei, “Iran’s religious Establishment: The Dialectics of Politization”, in Samith K. Farsoun and Mehred Mashayekhi (eds.), *Iran: Political Culture in the Islamic Republic*, London, Routledge, 1992, pp. 57-81.

⁷ Shahrough Akhavi, *Religion and Politics in Contemporary Iran: Clergy-State Relations in the Pahlavi Period*, Albany, State University of New York Press, 1980; Fred Halliday, *Iran: Dictatorship and Development*, New York, Penguin Books, 1979.

⁸ Daniel Brumberg, *Reinventing Khomeini: The Struggle for Reform in Iran*, Chicago, Chicago University Press, 2001. Sobre a transição liderada por Khomeini ver, Shireen T. Hunter, “A Post-Khomeini Iran”, *Foreign Affairs*, Vol. 68, N. 5, Winter 1989/90, pp. 133-149 e Shireen T. Hunter, *Iran After Khomeini*, New York, Praeger, 1992. Sobre a “década de Khomeini”, Robin Wright, *In the Name of God: The Khomeini Decade*, New York, Simon & Schuster, 1989 e Shaul Bakhash, *The Religion of the Ayatollahs: Iran and the Islamic Revolution*, (2nd ed.), New York, Basic Books, 1984.

interesses estratégicos norte-americanos.⁹ Tal caricatura ignora a considerável autonomia do Irão face à Casa Branca. Os interesses regionais de Washington foram, de facto, promovidos pelo Xá, mas isto porque Reza Pahlavi acreditava que a consolidação da hegemonia iraniana na região convergia com a política de Washington para o Golfo Pérsico. Seja como for, a narrativa de que Teerão apenas executava a política americana para a região continua a dominar o léxico política das autoridades revolucionárias iranianas. Por isso, o anti-ocidentalismo (e o anti-americanismo em particular) serve para testemunhar a soberania nacional.

Uma Cultura Estratégica de Vitimização

Imediatamente após o derrube de Reza Pahlavi, o regime Islâmico confrontou-se com inúmeras dificuldades na esfera da segurança nacional. Em resultado da fragmentação das Forças Armadas durante os meses de turbulência política que precederam a queda do Xá, a vulnerabilidade do país face aos seus vizinhos – em particular, relativamente ao poderoso Iraque – aumentou consideravelmente. Agravando esta situação, as capacidades operacionais das Forças Armadas foram comprometidas pela adopção de uma concepção revolucionária de comando que enfatizava a subserviência política. A necessidade de garantir a lealdade da instituição militar estava no centro das preocupações dos *mullahs* porque alguns sectores da cadeia de comando permaneciam leais à monarquia. Ao procurar colmatar esta vulnerabilidade, os clérigos criaram estruturas paralelas – em particular, os Guardas da Revolução – para defenderem a Revolução Islâmica.¹⁰ Na frente internacional, a inexperiência diplomática das elites revolucionárias, alicerçada em objectivos maximalistas de política externa fomentados por um messianismo religioso, resultou num radicalismo que isolou o novo regime.

Em *Revolution and War*, Stephen Walt demonstrou que regimes revolucionários fomentam insegurança em Estados circundantes, assim como junto das grandes potências do sistema internacional.¹¹ Com efeito, o triunfo de Khomeini em 1979 corroborou esta generalização. A política externa iraniana causou – e continua a provocar – enorme preocupação porque resulta da conjugação de um islamismo “anti-imperialista” e do legado histórico de ingerência nos assuntos da Pérsia/Irão.¹² Estes dois elementos foram fundidos pelos clérigos para construir um nacionalismo islâmico iraniano que, entre outras consequências, gerou um consenso interno em redor do desenvolvimento de armamento nuclear capaz de salvaguardar a revolução Islâmica e a

⁹ Barry Rubin, *Paved with Good Intentions: The American Experience and Iran*, Oxford, Oxford University Press, 1982; Mark J. Gasiorowski, *US Foreign Policy and the Shah: Building a Client State in Iran*, Ithaca, Cornell University Press, 1991 e Kenneth Pollack, *The Persian Puzzle: The Conflict Between Iran and America*, New York, Random House, 2004.

¹⁰ Nikola Schahgaldian, *The Iranian Military Under the Islamic Republic*, Santa Monica, Rand Corp, 1985.

¹¹ Stephen Walt, *Revolution and War*, Ithaca, Cornell University Press, 1996.

¹² Uma abordagem recente sobre a história do Irão pode ser encontrada em Patrick Clawson and Barry Rubin, *Eternal Iran: Continuity and Chaos*, New York, Palgrave, 2005.

integridade do Estado.¹³ A posse de armas nucleares é, pois, o resultado directo das preocupações de segurança do regime revolucionário.

É impossível analisar os objectivos estratégicos iranianos actuais – incluindo a procura de capacidades nucleares – sem primeiro contemplar a ideologia dos *mullahs*. Isto porque as raízes islâmicas do regime moldam a sua política externa em duas dimensões cruciais. Primeiro, o islamismo xiita estabeleceu um discurso legitimador da manutenção do poder interno pelos clérigos.¹⁴ Dito de forma diferente, as opções de política externa são encaradas sob o prisma do xiismo e legitimadas por uma visão religiosa do mundo que se sobrepõe a outras considerações, incluindo o pragmatismo ocidental. Neste sentido, a política do Irão é idealista, pautando-se por objectivos que escapam às categorias tradicionais da *realpolitik*, o que torna a questão nuclear – e as negociações em volta do programa iraniano – tão complexa quanto aterradora.¹⁵

Inerente a este discurso islâmico encontra-se a noção de solidariedade com o mundo muçulmano, particularmente com as comunidades xiitas – historicamente minoritárias e sujeitas a perseguições pelas maiorias sunitas – dispersas pelo Médio Oriente. A natureza revolucionária do regime é o reflexo, e até certo ponto é reforçada, pela narrativa de vitimização que caracteriza o xiismo.¹⁶ Daí que a política externa iraniana seja, necessariamente, internacionalista, caracterizando como inimigos todos que se encontram em divergência com o xiismo. Concomitantemente, o reforço do xiismo em qualquer parte do Médio Oriente reforça o Irão, e as possibilidades de a revolução sobreviver num mundo hostil. É, pelos menos, esta a visão de Teerão.

Sendo uma minoria historicamente perseguida, os xiitas definem-se como uma comunidade transnacional permanentemente ameaçada. Mas a relevância do xiismo para a política externa produz hostilidade relativamente a outros Estados, vistos como inimigos existenciais do Irão. Aos olhos dos *mullahs*, a União Soviética (um “Estado ateu”), os EUA e a Europa eram definidas como potências infiéis, cujos valores eram inerentemente hostis ao mundo muçulmano. Acrescenta-se que, do ponto de vista dos *mullahs*, a capacidade de projecção de poder do Ocidente torna-o – e os EUA em particular – numa formidável ameaça. Na óptica de Teerão, o Ocidente representa uma ameaça existencial precisamente pela sua capacidade de derrubar a República Islâmica.

¹³ Mehrdad Mashayekhi, “The Politics of Nationalism and Political Culture”, in Samih K. Farsoun and Mehred Mashayekhi (eds.), *Iran: Political Culture in the Islamic Republic*, London Routledge, 1992; Luciano Zaccara, “Irán y la Cuestión Nuclear”, *Política Exterior*, Vol. 109, January/February 2006.

¹⁴ Moshen Milani, “Shi’ism and the State in the Constitution of the Islamic Republic of Iran”, in Samith K. Farsoun and Mehred Mashayekhi (eds.), *Iran: Political Culture in the Islamic Republic*, London, Routledge, 1992 e Homa Omid, *Islam and the Post-Revolutionary State in Iran*, New York, St. Martin’s Press, 1994.

¹⁵ Ver, James Turner and John Kelsay, *Cross, Crescent and Sword: The Justification and Limitation of War in Western and Islamic Tradition*, New York, Greenwood Press, 1990 e James Turner Johnson and John Kelsay (eds.), *Just War and Jihad: Historical and Theoretical Perspectives on War and Peace in Western and Islamic Traditions*, New York, Greenwood Press, 1991.

¹⁶ Sobre este tema, Vali Nasr, *The Shia Revival: How Conflicts within Islam Will Shape the Future*, New York: W.W. Norton, 2006.

Porque teme o poderio do Ocidente, o Irão delineou uma política externa e de defesa que visa fazer face a uma ameaça existencial, ou seja, será a capacidade nuclear que proporcionará ao país alguma medida de segurança. A experiência histórica do país reforça esta construção ideológica dado que, ao longo dos séculos, a Pérsia/Irão enfrentou uma panóplia de ameaças e intervenções externas. Por exemplo, no século XX, o país foi alvo de intervenções militares, incluindo ocupações territoriais, pela Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a União Soviética. Compreensivelmente, a opinião pública consolidou a percepção de que as potências estrangeiras procuraram apropriar-se dos seus recursos energéticos. Imediatamente após o golpe que derrubou Mohammad Mosaddeq, em 1953, no seguimento da sua decisão em nacionalizar a *Anglo-Iranian Oil Company*, o Xá foi visto como cúmplice dos interesses ocidentais na apropriação das riquezas iranianas. Não se torna difícil, pois, perceber que os *mullahs* (tal como os bolcheviques depois de 1917), acreditassem estar cercados por Estados determinados a destruírem o recém-criado regime revolucionário.

Este conjunto de percepções seria determinante para a formação da cultura estratégica do regime islâmico. Até ao derrube de Saddam Hussein, o Irão confrontou-se com um vizinho poderoso determinado a subverter a revolução islâmica. Motivado por considerações defensivas – designadamente pela necessidade de impedir o aumento da influência iraniana no sul do Iraque – a política hegemónica de Bagdad levou Teerão a concluir que o desenvolvimento de armas nucleares seria a resposta mais eficaz às capacidades do regime de Saddam Hussein. Com efeito, os cálculos dos *mullahs* não eram desprovidos de sentido estratégico. Primeiro, porque, durante a guerra de 1980/88, Saddam Hussein utilizou armas de destruição maciças contra o Irão.¹⁷ Segundo, ao longo da mesma década, Bagdad iniciou o seu programa nuclear, o que incentivou o desenvolvimento das capacidades nucleares iranianas.

Se o derrube de Saddam Hussein retirou uma fonte de preocupação ao regime revolucionário, o quadro geoestratégico subsequente aumentou a insegurança dos *mullahs*. Após os acontecimentos de 11 de Setembro, os EUA estenderam a sua presença no Médio Oriente e na Ásia Central, agravando assim o sentimento de cerco e vulnerabilidade de Teerão. Forças americanas estacionadas em Estados vizinhos, o reforço da Marinha americana no Mar Vermelho, as armas nucleares paquistanesas e a presença da NATO no Afeganistão passariam a ser fontes permanentes de insegurança iraniana. Ao mesmo tempo, as autoridades iranianas não excluía a possibilidade do regime pós-baatista – ou das entidades a emergir após o desmembramento do Estado iraquiano – vir a retomar o seu programa nuclear. Mas mesmo que essas eventualidades não se concretizem, a permanência de tropas americanas em território iraquiano reforça o receio de que a República Islâmica possa ser o verdadeiro alvo estratégico da Casa Branca. Sendo assim, não surpreende o consenso das elites quanto à necessidade de fabricar armamento nuclear para salvaguardar a soberania do país.

¹⁷ Lee Waters, “Chemical Weapons in the Iran/Iraq War”, *Military Review*, Vol. 70, N. 10, October 1990, pp. 56-63.

Na perspectiva de Teerão, o “cerco” americano está dependente da existência futura de Israel, concedido como um Estado “cruzado” cuja simples presença na região ameaça a República Islâmica. Atendendo a esta leitura da carta política regional, Telavive mantém que um Irão nuclearizado constitui um perigo iminente à sua sobrevivência.¹⁸ Uma vez que os objectivos da política externa delineada pelos *mullahs* incluem a destruição do Estado judaico, a recuperação dos “lugares sagrados” e a criação de uma Palestina “plena”, os israelitas aparentam estar preparados para recorrer à força militar preventiva. Entre os estratégias hebraicos, o uso da força preventiva tornou-se aceitável porque se pensa que assim se poderá retardar o programa nuclear iraniano durante alguns anos ou décadas.

A eventualidade de um ataque militar israelita provoca inquietações nas capitais ocidentais, uma vez que tal acção comprometeria a precária estabilidade regional que ainda perdura.¹⁹ Por outro lado, nenhuma solução se afigura como duradoura a menos que Israel obtenha garantias de segurança creíveis. Por exemplo, a segurança de Israel poderia ser garantida através de um tratado entre Israel e a NATO. O Artigo V da Aliança Atlântica – uma garantia de defesa colectiva em caso de ataque contra um dos seus membros – reduziria as inquietações do Estado judaico, para além de constituir um poderoso factor de dissuasão. De qualquer forma, a capacidade nuclear de Israel foi desenvolvida porque, desde a guerra de 1967, o país reconhece que a sua segurança reside na auto-suficiência militar.

Vários Estados vizinhos do Irão expressam apreensões relativamente às ambições nucleares iranianas. Países do Golfo Pérsico temem que um Irão nuclear possa vir a incentivar a militância xiita das suas populações, e assim destabilizar regimes que enfrentam, actualmente, problemas graves de legitimação.²⁰ Em resposta, os Estados do Golfo poderão ser forçados a desenvolver capacidades nucleares próprias ou, em alternativa, terão de se colocar debaixo de um chapéu nuclear americano ou saudita. Dir-se-á que nenhuma destas “alternativas” garante a estabilidade das monarquias da região. Semelhantes preocupações são manifestadas pela Arábia Saudita. Um regime revolucionário xiita nuclearizado teria de ser equilibrado através de capacidades nucleares autónomas ou uma maior (mas politicamente insustentável) dependência em relação a Washington. Estes cenários apontam para um interessante paradoxo: um Irão nuclearizado obrigaria os EUA a consolidarem a sua presença militar na região e, dessa forma, aumentariam os receios iranianos quanto a um cerco militar. Criar-se-ia um dilema de segurança cujo único desfecho possível seria a plena nuclearização do Médio Oriente.

As preocupações iranianas com a segurança regional não podem ser avaliadas na ausência de uma avaliação quanto ao apoio prestado por Teerão a

¹⁸ Numa diferente perspectiva ver, Trita Parsi, “Is Nuclear Parity With Iran a Blessing in Disguise for Israel?”, *Jane's Intelligence Review*, January 2006, pp. 34-37.

¹⁹ Ver, Louis René Beres, “Israel, Iran, and Prospects for Nuclear War in the Middle East”, *Strategic Review*, Vol. 21, N. 2, Spring 1993, pp. 52-60.

²⁰ Sobre as consequências para a região de um Irão nuclear ver, Steven Ekevich, “Iran and New Threats in the Persian Gulf and Middle East”, *Orbis*, Vol. 48, N. 1, Winter 2004, pp. 71-87.

movimentos terroristas islâmicos. O *State Department Country Reports on Terrorism* e o *Patterns of Global Terrorism* caracterizam o Irão como o “mais activo país patrocinador” de terrorismo.²¹ Com efeito, trata-se de um vector tradicional da política externa iraniana. O apoio ao terrorismo palestino tem sido uma constante desde o estabelecimento da República Islâmica, e os serviços secretos iranianos tiveram um papel fulcral no lançamento do movimento *jihadista* na Palestina. Recentemente, Teerão anunciou formalmente estar preparado para financiar o Hamas na sua luta contra Israel.²²

Apesar do apoio iraniano concedido a inúmeros grupos terroristas da região, a relação com o Hezbollah, um grupo xiita libanês que frequentemente actua como substituto regional de Teerão, é particularmente próxima.²³ Após a revolução de 1979, Khomeini criou os Guardas da Revolução, a guarda pretoriana da revolução.²⁴ Uma das suas divisões – a Força *Qods* (Jerusalém) – foi encarregue de exportar a revolução e, em 1982, iniciou as suas actividades no Líbano. Um ano depois, o Hezbollah assumiu a responsabilidade pelos bombardeamentos que devastaram o acampamento dos Marines americanos em Beirute, o mais mortífero ataque contra os EUA antes do 11 de Setembro de 2001.

Mas o apoio do Irão ao terrorismo não se circunscreve ao Líbano e à Palestina. O envolvimento de Teerão na guerra civil da Bósnia foi amplamente documentado, e providenciou treino aos terroristas sauditas que destruíram as Torres Khobar.²⁵ Segundo o Relatório da Comissão do 11 de Setembro, o Irão mantém laços de longa data com a al-Qaeda, e alguns dos seus operacionais receberam treino no Irão e no Vale de Bekka, dominado pelo Hezbollah. Estes exemplos não esgotam o envolvimento iraniano em actos de terror, mas demonstram que o apoio concedido a grupos terroristas é uma componente essencial da política externa dos *mullahs*.

É justamente este patrocínio de grupos terroristas que agudiza as preocupações ocidentais quanto às ambições nucleares iranianas. George W. Bush fez, por diversas vezes, alusão aonexo entre Estados párias, terrorismo e proliferação de armas de destruição maciça, porque Washington receia que um Irão nuclearizado possa providenciar estas armas a grupos terroristas. Tais

²¹ Country Reports on Terrorism and Patterns of Global Terrorism, p. 8, disponível em www.state.gov/documents/organization/45322.pdf. Ainda, Edgar O’Ballance, *Islamic Fundamentalist Terrorism, 1979-95: The Iranian Connection*, Washington Square, New York University Press, 1997.

²² Ver “ Hamas Chief Vows to Support Iran”, *BBC News*, 15 December 2005, disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4532570.stm e “Iranian Leader Praises Hamas”, *Washington Post*, 20 February 2006, disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/02/20/AR2006022000665.html>

²³ O principal livro sobre o movimento libanês continua a ser Judith Palmer Harik, *Hezbollah: The Changing Face of Terrorism*, London, Tauris, 2004.

²⁴ Kenneth Katzman, *The Warriors of Islam: Iran’s Revolutionary Guard*, Boulder, Westview Press, 1993; Ronald Perron, “The Iranian Islamic Revolutionary Guard Corp”, *Middle East Insight*, June-July 1985.

²⁵ Ver Marcia Christoff Kurop, “Al Qaeda’s Balkan Links”, *The Wall Street Journal Europe*, 1 November 2001; Brendan O’Neill, “The Bosnian Connection”, *New Statesman*, 8 February 2004, p.13; Cees Wiebes, *Intelligence and the War in Bosnia (1992-1995)*, Münster, Lit Verlag, 2003; “Iran Held Liable in Khobar Attack”, *Washington Post*, 23 December 2006, disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/12/22/AR2006122200455.html>.

cenários, apesar de pouco verosímeis, não podem ser definitivamente excluídos porque, desde 1979, o regime demonstra que não se sente constrangido pelas normas que pautam o comportamento internacional dos Estados. Uma vez que o Ocidente não pode estar seguro que as intenções dos *mullahs* sejam benignas, e porque a República Islâmica desenvolveu o seu programa nuclear em clara violação do Tratado de Não Proliferação (TNP), a prudência aconselha o Ocidente a obstruir a nuclearização do país.²⁶

As Opções Disponíveis

As reacções diplomáticas dos EUA e da UE não tardaram quando, em Janeiro de 2006, o Irão reactivou as suas instalações nucleares. Subjacente à posição do Ocidente esteve a convicção de que a decisão constituía um desafio diplomático que obrigava europeus e americanos a remeterem a questão para o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Recorrer ao Conselho de Segurança era a confirmação da gravidade da situação, e um passo necessário para uma eventual autorização do uso da força militar contra o regime. Dias depois, a situação agudizou-se quando Ahmadinejad anunciou uma “boa notícia para o mundo”: “o Irão juntara-se aos países que detinham tecnologia nuclear”.²⁷

Do ponto de vista de Teerão, a posse de armas nucleares permitir-lhe-ia conter possíveis ameaças regionais e, não menos importante, projectar o seu poderio para o Médio Oriente, a região onde poderia exercer a sua hegemonia. A “bomba islâmica” iraniana seria, por um lado, uma fonte de prestígio nacional e, por outro, um instrumento que permitiria ao país assumir a liderança do “mundo islâmico”. As armas nucleares reforçariam o regime externamente, mas também anulariam a dissidência interna. Nesse sentido, assegurariam a continuação do regime revolucionário.

A questão nuclear iraniana aponta para as limitações do regime de não-proliferação vigente. Recorde-se que o TNP permite que os seus signatários desenvolvam investigação e capacidades nucleares limitadas em troca da total abertura e transparência do processo. Como qualquer outro signatário, o Irão pode desenvolver capacidades civis que, a determinada altura, podem facilmente ser convertidas em capacidades militares. Por exemplo, o Tratado permite produzir água em ebulição que, uma vez aquecida, se transforma em urânio enriquecido. Em consequência, reactores como o de Bushehr poderão, em dezoito meses apenas, produzir plutónio suficiente para cinquenta armas nucleares. Tais programas requerem cientistas e conhecimentos técnicos passíveis de serem utilizados por organizações terroristas. O paquistanês A. Q. Khan, figura cimeira do mercado negro nuclear, exemplifica os perigos

²⁶ O problema é tratado em Shahram Chubin, *Iran's National Security Policy: Capabilities, Intentions and Impact*, Washington, The Carnegie Endowment for International Peace, 1994; Patrick Clawson (ed.), *Iran's Strategic Intentions and Capabilities*, Washington, National Defense University Press, Institute for National Security Studies, 1994.

²⁷ Ver “Iran Declares Key Nuclear Advance”, *BBC News*, 11 April 2006. Disponível em http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4900260.stm.

inerentes à construção de programas nucleares, sejam eles quais forem.²⁸ Por razões políticas e económicas, Estados nucleares podem traficar conhecimentos nucleares a Estados párias. Em suma, os perigos que resultam do programa nuclear iraniano, mesmo se de acordo com as exigências do TNP, evidenciam a falência do actual regime de não-proliferação. As actividades nucleares de Teerão contribuíram, em última análise, para minar a credibilidade do TNP e da AIEA. Sendo assim, quais são as opções disponíveis quer à UE, quer aos EUA?

Poder-se-á argumentar que a diplomacia ainda não está esgotada, que há ainda margem para um diálogo construtivo entre o Irão e os EUA. Dito de outra forma, a abertura dos canais diplomáticos e, por conseguinte, o abandono da política americana de isolamento dos *mullahs*, vem constituindo a chave para se ultrapassar os impasses dos anos recentes.²⁹ Esta via acarreta alguns problemas. Primeiro, e mais importante, não é líquido que o Irão aceite este caminho uma vez que a legitimidade do regime assenta numa política externa revolucionária. Por outro lado, convém recordar que os *mullahs* aumentariam o seu poder relativamente à ala mais moderada do regime caso continuem a resistir às pressões do Ocidente. Por outras palavras, mesmo pondo a hipótese que negociações entre Washington e Teerão levassem a um acordo para reduzir tensões no Líbano, tal entedimento só seria executável se os serviços secretos iranianos cortassem as suas ligações ao Hezbollah. Uma premissa, digamos, deveras optimista.

Por outro lado, os esforços europeus em trazer o Irão para as negociações permitiram, contrariamente às intenções originais, que os *mullahs* perseguissem as suas ambições nucleares sob o manto do diálogo diplomático. Em 2003 – tal como em 1997 e 1998 –, as conversações foram novamente suspensas, um claro reconhecimento do falhanço da estratégia desenhada.

Se a diplomacia e o diálogo negocial parecem não colher frutos, outra opção será promover a mudança pacífica do regime iraniano. Aparentemente, a Administração Bush está comprometida com esta estratégia. Todavia, o diálogo e a diplomacia são estratégias incompatíveis com a promoção de uma política de mudança de regime na medida em que negociações implicam o reconhecimento da legitimidade política do interlocutor.³⁰ É útil esclarecer que a opção “mudança de regime” não significa substituir a “linha-dura” pelos “reformistas”; significa levar ao poder os sectores que rejeitam um regime clerical, e não os que procuram a sua liberalização. Todavia, a mudança de regime não garante, por si só, que as autoridades pós-clericais abandonem o programa nuclear. A posse de armas nucleares será, como o fora para o Xá, um instrumento de afirmação externa e de legitimação interna.

²⁸ Ver David Albright and Corey Hinderstein, “Unraveling the A Q. Khan and Future Proliferation Networks”, *The Washington Quarterly*, Vol. 28, N. 2, Spring 2005, pp. 111-128.

²⁹ Ver Ray Takeyh, “Iran Builds the Bomb”, *Survival*, Vol. 46, N. 4, Winter 2004-2005, pp. 51-63 e Kenneth Pollack and Ray Takeyh, “Taking on Teheran”, *Foreign Affairs*, March/April 2005, Vol. 84, N. 2, pp. 20-34.

³⁰ Jeffrey Kopstein, “The Transatlantic Divide Over Democracy Promotion”, *The Washington Quarterly*, Vol. 22, N. 2, Spring 2006, pp. 85-98.

Outra via reside na promoção de uma política de contenção regional do Irão. Na sua essência, a contenção é uma estratégia que visa “aprender a viver com a bomba”.³¹ Os apoiantes desta via sustentam que os arsenais nucleares americano e israelita são suficientes para impedir o Irão de lançar um ataque. Defensores desta estratégia sustentam, ainda, que as intenções do Irão seriam moderadas face ao poder de retaliação por parte dos EUA e de Israel. Uma vez que esta perspectiva assenta na racionalidade do comportamento dos *mullahs*, resta a dúvida: e se esse optimismo for pura ilusão?

Chegados a este ponto, dir-se-á que a opção militar é a “menos má”. Porém, os riscos inerentes ao uso da força militar são consideráveis. Algumas questões exigem clarificação. Primeira, quais as consequências de um falhanço na aprovação do uso da força pelas Nações Unidas? Segunda, se o uso da força for aprovado sem o aval explícito da Rússia e da China? Podem os EUA, como fizeram no Iraque, recorrer à força preventiva através de uma coligações *ad-hoc*?³² Os custos políticos e diplomáticos de tal opção poderão ser aceites se o sucesso estiver antecipadamente garantido. Mas a possibilidade de um falhanço – um resultado que não pode ser excluído – poderia provocar a implosão da actual ordem internacional.

Considerando a experiência que decorre no Iraque, pode-se concluir que será impossível ocupar militarmente um país de 70 milhões de habitantes traumatizados por uma história repleta de ingerência externa. Significa que as numerosas instalações nucleares iranianas teriam de ser destruídas através do poder aéreo, em conjugação com actos de sabotagem levados a cabo por forças irregulares. Mas ataques aéreos selectivos também levantam interrogações complexas. Primeira, nem todos os alvos são susceptíveis de serem destruídos, pois muitos estão fora do alcance das bombas anti-bunker. Segunda, é duvidoso que todas as instalações sejam conhecidas pelos serviços de *intelligence* ocidentais, o que inviabilizaria a destruição total das capacidades iranianas. Terceira, o conhecimento técnico e os recursos humanos permaneceriam intactos, susceptíveis de serem mobilizados no futuro. Quarta, ataques militares confirmariam a visão dos *mullahs*, e serviriam para legitimar a política externa revolucionária e anti-ocidental que perconizam.

Outros problemas poderiam surgir. Em resposta aos ataques militares, o Irão poderia retaliar contra interesses europeus e norte-americanos através de organizações terroristas.³³ Não será, por exemplo, descabido antecipar uma convergência de interesses entre Teerão e a al-Qaeda. Perante um ataque, apelos à unidade muçulmana em países como o Egipto, a Jordânia e o Paquistão provocaria maior instabilidade, comprometendo a sobrevivência de regimes pró-ocidentais. Teerão poderia ainda reduzir ou suspender a sua produção e

³¹ Jason Zaborski, “Deterring a Nuclear Iran”, *The Washington Quarterly*, Vol. 28, N. 3, Summer 2005, pp. 153-167 e Michael Knights, “Iran’s Conventional Forces Remain Key to Deterring Potential Threats”, *Jane’s Intelligence Review*, February 2006, pp. 6-13.

³² James Steinberg, “Preventing Force in US National Security Strategy”, *Survival*, Vol. 47, N. 4, Winter 2005/2006, pp. 55-72.

³³ Michael Knights, “Deterrence by Punishment Would Offer Last Resort Options for Iran”, *Jane’s Intelligence Review*, April 2006, pp. 28-31.

exportação de petróleo, provocando assim um aumento de preços na Europa e nos Estados Unidos, e o caos na economia mundial.³⁴ No Iraque, em solidariedade com os *mullahs*, as milícias pró-iranianas aumentariam os ataques contra as tropas ocidentais. Um risco adicional residiria numa intervenção militar do Irão no Iraque, ou num ataque directo a Israel.

Conclusões

Dado que as intenções iranianas nunca poderão ser plenamente conhecidas, afigura-se como razoável considerar que o país pretende adquirir capacidades nucleares para fins militares. Parece inevitável a entrada do Irão no “clube nuclear”. Nesse caso, o Ocidente e os Estados vizinhos terão de interagir com o Irão num plano novo porque os equilíbrios regionais terão sido alterados, e a nova correlação de poder será prejudicial para os interesses do Ocidente numa área de importância estratégica vital.

A política traçada para impedir a nuclearização do Irão deve atender à cultura estratégica do país e à natureza revolucionária do regime. Em resultado da leitura *hobbesiana* do sistema internacional feita pelos *mullahs*, um Irão nuclearizado representa um perigo assinalável para a estabilidade regional. A natureza revolucionária do regime e o seu comportamento passado, indicam que o perigo da proliferação não pode ser minimizado. Estado patrocinador do terrorismo, o Irão violou inúmeras normas internacionais. Não é, pois, de excluir que Teerão, em posse de armamento nuclear, contribua activamente para a proliferação destas armas.

Sendo assim, quais as opções que a comunidade internacional dispõe para resolver este imbróglio? Não existe uma única opção que possa ser considerada óptima. Todas as escolhas acarretam riscos significativos. Mas, se concedermos que um Irão nuclearizado é inaceitável, o uso da força deve ser encarado. Infelizmente, ataques militares não garantem que o programa nuclear seja abandonado, mesmo que temporariamente. Não menos relevante, as consequências do recurso à força podem ser traumáticas para os EUA e a Europa. Contudo, à luz das alternativas, o recurso à força militar não deve ser colocado de lado.

³⁴ Ver Harold Hough, “Iranian Intentions: The Strait of Hormuz or Beyond?”, *Jane’s Intelligence Review*, Vol. 7. N. 10, October 1995, pp. 454-457.